



1. TODO O BLOCO ESTEVE NAS AUTÁRQUICAS

A campanha para as eleições autárquicas de 2013 mobilizou toda a organização do Bloco de Esquerda. Os aderentes, eleitos ou não, deram um contributo inestimável de militância - essa foi a força desta campanha, levando a mensagem política do Bloco a todo o país e contribuindo para a afirmação do seu projeto. Esse contributo foi valioso, mesmo nos casos em que os objetivos fixados pelas várias candidaturas não foram atingidos.

O Bloco esteve envolvido em duas coligações na Madeira e os seus aderentes participaram em várias listas de cidadãos. Mas também nas listas do Bloco o envolvimento de milhares de independentes esteve sempre presente e, em muitos casos, com uma forte dinâmica de alargamento.

Na certeza de que os resultados do Bloco não resultaram de qualquer falta de empenho e determinação dos seus candidatos e ativistas, a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda saúda todos os que deram o melhor de si nesta campanha, empenhando o seu trabalho e o seu tempo na afirmação do nosso projeto autárquico.

Foi esse empenho político coletivo que permitiu importantes experiências de afirmação do Bloco em muitas autarquias, particularmente no período mais recente. São os casos de diversas lutas locais de resistência à privatização da água ou da defesa da realização de referendos locais sobre a extinção/fusão de freguesias. No período pré-eleitoral, o Bloco empenhou-se de forma generalizada na defesa da impugnação de candidaturas autárquicas em conflito com a lei de limitação de mandatos.

O empenho militante é a maior força do Bloco de Esquerda. Com essa energia e com o debate crítico sobre as nossas escolhas e estratégias, o Bloco encontrará as melhores formas de fazer avançar o seu projeto no poder local e continuará a ser a força socialista e popular indispensável a uma alternativa de esquerda e à luta contra a austeridade e o governo da troika. Nesse combate que agora prossegue, queremos contar, como novos aderentes, com muitas das pessoas que nesta campanha iniciaram um percurso de intervenção política no Bloco.

Nas tribunas autárquicas onde tem voz, o Bloco de

Esquerda enfrentará as políticas de austeridade e as arbitrariedades do governo da troika contra os trabalhadores. A Mesa Nacional propõe aos eleitos do Bloco a apresentação de iniciativas autárquicas que recusem a aplicação da lei que alarga o horário de trabalho para as 40 horas semanais, sobre a qual, aliás, o Tribunal Constitucional ainda não se pronunciou.

2. O BLOCO NÃO ATINGIU OS SEUS OBJETIVOS

O Bloco tinha apresentado para estas eleições objetivos muito concretos, insuscetíveis de serem manipulados na hora dos resultados: manter a Câmara de Salvaterra, recuperar o vereador em Lisboa, derrotar o jardinismo no Funchal e obter mais votos e mais eleitos. De todos estes objetivos, apenas a vitória na Câmara Municipal do Funchal foi conseguida. Assim, o Bloco teve um resultado negativo nestas eleições autárquicas, independentemente das suas expressões contraditórias em diferentes pontos do território.

Em Salvaterra de Magos, o Bloco sofre uma pesada derrota, reduzindo a sua votação de 46,1% para 27%, descendo de 4 para 2 vereadores.

Em Lisboa, a subida marginal na percentagem do Bloco de Esquerda (4,61% para a CML, 6,91% para a AML) permitiu atingir a eleição de mais um deputado municipal, mas não bastou, por margem tangencial, para a recuperação de um lugar na vereação. Este objetivo central da nossa campanha foi inviabilizado por uma enorme concentração de votos no PS, que obtém uma maioria absoluta folgada. A candidatura em Lisboa foi uma aposta arriscada, falhou o seu objetivo por uma diferença mínima, mas foi uma opção acertada da qual não nos arrendemos.

Os resultados obtidos pela coligação que o Bloco ajudou a promover no Funchal (39,2%), permitiram conquistar a Câmara e constituem a maior derrota alguma vez imposta ao jardinismo na história da democracia portuguesa.

No plano nacional, os resultados do Bloco caíram de 3,02 para 2,42%. Os valores de 2013 estão diminuídos pelo facto de o Bloco ter prescindido de candidaturas próprias em grandes municípios (in-

cluindo três capitais de distrito), em benefício de candidaturas independentes em várias Câmaras importantes. Não obstante essa distorsão, o Bloco sofre uma diminuição efetiva, que se refletiu na perda de um vereador e 39 deputados municipais a nível nacional (naturalmente, estes números não incluem votos ou eleitos pelas listas independentes e pelas coligações que integramos).

Ao nível dos resultados em algumas apostas importantes do Bloco, a Mesa Nacional regista a manutenção dos vereadores eleitos no Seixal, na Moita e no Entroncamento, a recuperação do vereador em Olhão e a eleição pela primeira vez de vereadores (graças a fortes subidas em relação aos resultados de 2009) em Torres Novas (de 5,9 para 9,9%) e Portimão (de 6,3 para 12,2%).

Se olharmos para os resultados nos maiores concelhos das Áreas Metropolitanas e capitais de distrito, o Bloco registou subidas ou manteve as suas votações em Faro (de 3 para 4,8%), Évora (de 2,8 para 3,9%), Santarém (de 2,4 para 2,9%), Leiria (3,3%), Viseu (de 2,3 para 3,8%), Guarda (de 2,9% para 3,7%), Bragança (1%), Matosinhos (2,7 para 3,6%) e Santa Maria da Feira (de 2,6% para 4%).

Pelo contrário, são de registar as perdas eleitorais no Porto (de 5 para 3,6%), Gaia (de 3,2 para 3,1%), Loures (de 4,2 para 3,1%), Sintra (de 5,9 para 4,5%), Oeiras (de 3,9 para 3,7%), Cascais (de 6,2 para 4,6%), Vila Franca de Xira (de 5,8 para 5,7%), Setúbal (de 6,1 para 5,7%), Almada (de 7,8 para 5,4%), Portalegre (de 2 para 0,9%), Castelo Branco (de 5,6 para 3,5%), Aveiro (de 5 para 3,9%), Vila Real (de 2,9 para 2%). Em Almada, o resultado implicou a perda do lugar na vereação.

Nos Açores, houve um ligeiro aumento de votação e Bloco mantém eleitos nas assembleias municipais de Ponta Delgada (3,72%) e Ribeira Grande (4,76%). Num contexto de grande bipolarização nestes concelhos, o Bloco afirmou-se como a terceira força política. Nos concelhos de Angra do Heroísmo e Horta, merece realce o significativo reforço de votações.

Deve ser sublinhado que todas as listas de cidadãos que apoiámos obtiveram, sem exceção, resultados largamente superiores aos do Bloco em 2009. Assim, as listas independentes apoiadas pelo Bloco em Coimbra (9,3%), Soure (7,95%), Braga (5,3%), Fafe (35,1%, tendo ficado a 15 votos da vitória), Amares (30,4%), Beja (4,38%), Santa Cruz (64,4%, ganhando com maioria absoluta) e Belmonte (26,3%), constituíram experiências bem sucedidas,

alargando o nosso espaço de intervenção política e permitindo trabalhar e aprender com cidadãos de outras sensibilidades políticas.

Em todo o país, o voto de condenação do governo favoreceu as candidaturas tidas pelos eleitores como melhor colocadas para derrotar os candidatos do governo e ganhar as presidências. A esta bipolarização entre PS e PSD, acrescentou-se uma outra, entre PS e CDU/PCP, registada em municípios dirigidos pelo PS e nos quais o PS saiu derrotado. O Bloco de Esquerda não conseguiu enfrentar e resistir à pressão do voto útil desta dupla bipolarização.

As eleições autárquicas ficaram marcadas por uma elevada abstenção e por um aumento significativo dos votos brancos e nulos. Há fatores objetivos a ter em conta - a desatualização dos cadernos eleitorais, bem como a vaga de emigração, que afasta sobretudo cidadãos de gerações mais jovens e pode explicar boa parte deste aumento de abstenção. Mas o alheamento em relação à escolha eleitoral é um forte indicador da perda de qualidade da democracia portuguesa. Há fortes razões para acreditar que estas manifestações eleitorais são em parte formas de protesto pela forma como interesses particulares e financeiros raptaram o sistema político. Por outro lado, o número de votos brancos e nulos (mais de 6% do total), apesar de não permitir, por natureza, uma leitura política concreta, explícita ainda um protesto difuso que há que somar à abstenção. Transformar este protesto numa alternativa política é um desafio prioritário para o Bloco. Refletiremos com empenho a necessidade de afirmar espaços de democracia, participação, intervenção cidadã nas escolhas da afirmação do Bloco de Esquerda como alternativa política.

A crise económica e social é causa e resultado da crise da política. Entendida como espaço de decisões obscuras, promiscuidade e benefício privado, a participação política é objeto de suspeita e repulsa. A política como democracia, como escolha e participação, como direito e dever cívico, é profundamente diminuída e sufoca sob o rotativismo e os "grandes consensos" da austeridade.

3. REPENSAR A NOSSA INTERVENÇÃO LOCAL

Estes resultados globais inserem-se na linha de maus resultados que o Bloco tem tido em sucessivas eleições autárquicas desde 2001 e são agravados em relação a 2009, também em linha com a evolução eleitoral negativa que o Bloco observou

desde então. O Bloco tem hoje um programa autárquico mais consolidado, candidatos e autarcas mais capazes e experientes e um património de intervenção local mais rico. No entanto, essa evolução continua a não se refletir positivamente nos resultados eleitorais, o que constitui um desafio e uma responsabilidade sobre o Bloco e em particular sobre a sua direção.

Toda a luta contra a austeridade, toda a força revelada pela luta e nos movimentos sociais não se refletiu num aumento da votação do Bloco e não impediu que a abstenção tivesse aumentado e os votos brancos e nulos mais do que duplicado. Na maior parte dos casos, o Bloco não conseguiu mobilizar o eleitorado nem em torno dos seus programas locais, nem em torno da contestação à política do Governo, o que exige, no futuro, uma maior afirmação do Bloco quer como partido de protesto quer como força de alternativa à esquerda.

A incapacidade que o Bloco tem revelado em progredir na sua representação política no poder local exige de toda a nossa organização uma reflexão, que terá de incidir, entre outros, sobre os seguintes tópicos:

- Intervenção política local, quer ao nível da sua continuidade e orientação, quer ao nível da sua ligação com a atividade no plano autárquico (em freguesias e municípios);
- Apoio das estruturas nacionais e distritais à intervenção dos eleitos e à elaboração e concretização de programas de ação local;
- Respostas, no plano político e estratégico, à pressão para o voto útil, centrada na eleição para as presidências de Câmara;
- Articulação política mais continuada da nossa intervenção local com as dinâmicas de resistência nacionais;
- Política de convergências, no plano da intervenção local, institucional e eleitoral.

Para esse efeito, a direção do Bloco organizará, em outubro e novembro, reuniões com as estruturas distritais e concelhias do Bloco para concretizar um balanço político deste combate eleitoral e para identificar e promover as mudanças necessárias na estrutura organizativa do Bloco e na articulação da direção com as estruturas locais do Bloco, tendo por objetivo dinamizar e aumentar o apoio à intervenção local dos ativistas do Bloco e a sua participação na vida do partido, e alargar territorialmente a base local do Bloco.

Na sequência deste processo, o Bloco realizará um encontro nacional sobre organização de base, intervenção local, em empresas/setores, e trabalho de direção.

4. UM GOVERNO ISOLADO E DEBILITADO PARA OS SEUS PRÓXIMOS ASSALTOS

O Governo foi derrotado em toda a linha, numa inequívoca manifestação de repúdio popular. Essa derrota, cuja dimensão o próprio primeiro-ministro reconheceu, sem dela tirar consequências, é histórica. A essa derrota não escapou o CDS, que integrou numerosas coligações com o PSD, apesar do seu esforço de fazer um balanço separado, com base em resultados escolhidos a dedo.

A leitura nacional desses resultados é inequívoca. Portugal tem hoje um Governo repudiado pela esmagadora maioria do povo português, incluindo grande parte dos que o elegeram. Somando todos os votos dos partidos da direita (incluindo as coligações com outros partidos), a direita unida não reuniu mais de 60% dos votos dos seus eleitores de 2009, representando hoje menos de um quinto do eleitorado nacional. Esta derrocada acontece apesar de o Governo ter adiado todas as novas medidas de austeridade e fechado a sete chaves o Orçamento para 2014, numa tentativa de fazer crer aos portugueses que os tempos difíceis já tinham passado.

Estas eleições autárquicas demonstram que o Governo só se mantém graças ao apoio do Presidente da República, contra a esmagadora maioria do povo português. A demissão deste Governo continuará a ser a prioridade do Bloco de Esquerda.

5. UM SEGUNDO RESGATE NÃO TEM LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

5.1 A atual configuração do governo resulta da grave crise política de Julho, que deixou o governo à beira do colapso, depois das demissões de Gaspar e Portas. De novo couberam a Cavaco Silva as manobras de salvação do governo, desta vez com recurso aos préstimos do Partido Socialista, que se lançou em prolongadas negociações com Passos e Portas. O Bloco de Esquerda foi um interveniente ativo nessa crise política, ao denunciar a colaboração do PS nas negociações com a direita e confrontando António José Seguro com a sua recusa de qualquer diálogo em torno da rutura com a auste-

ridade e o memorando, só possível com as forças à sua esquerda.

A pressão social e política sobre a direção do PS levaram ao fracasso do acordo com a direita. Mas o tempo da negociação foi o tempo da recomposição da direita e da remodelação que permitiu ao governo, mesmo desacreditado, sobreviver. Estas eleições autárquicas deixam-no ainda mais fraco e acentuam a instabilidade na coligação e no próprio PSD.

5.2 O escândalo das mentiras do ministro Rui Machete em torno dos seus negócios no grupo BPN/SLN representa mais um embaraço para o governo e volta a denunciar as ligações entre governantes, o Presidente da República e o BPN. Passos Coelho só mantém um ministro sem nenhuma credibilidade porque o próprio governo não aguentaria mais esta demissão. Tal facto é reforçado depois das assombrosas declarações de Rui Machete à imprensa angolana, onde se demonstra incapaz sequer de reconhecer as responsabilidades do seu cargo. O Bloco orgulha-se de ter contribuído, como é seu dever, para o completo escrutínio da atuação de um ministro que nunca teve condições para o ser, como se verifica a cada semana que passa.

5.3 O Governo vai apresentar um Orçamento de Estado para 2014 que afundará a economia do país e aumentará a mancha de pobreza e miséria. As manobras de diversão durante a campanha eleitoral e nos dias seguintes têm a perna demasiado curta, como já está à vista. O anúncio da “TSU das viúvas e dos órfãos”, sobre as pensões de sobrevivência, é o primeiro momento de um intenso período de anúncios de medidas de austeridade selvagem, cometidas contra um país em recessão, onde se continua a roubar em salários e pensões e o desemprego continua a crescer. Outro exemplo de devastação causada por este orçamento austeritário é o da escola pública. No início deste ano letivo, milhares de docentes foram lançados no desemprego e multiplicaram-se os sinais de favorecimento e reforço do ensino privado.

Este orçamento é a antecâmara do segundo resgate, que só acontecerá se o Partido Socialista aceitar, como defende Francisco Assis. O Bloco de Esquerda sublinha desde já que uma decisão dessa natureza não ter qualquer tipo de legitimidade democrática. Os resultados da intervenção da troika, mesmo à luz dos seus anunciados objetivos, só pode ter uma consequência em democracia: demissão do governo e eleições antecipadas, para que o país encontre uma saída para a crise e evite o segundo resgate.

Nesse sentido, o Bloco desenvolverá uma ampla campanha nacional de mobilização popular pelo chumbo do orçamento, pela demissão do governo e a convocação de eleições antecipadas. Desde já, o Bloco de Esquerda lança um apelo às manifestações de 19 e 26 de outubro, que levarão para as ruas a rejeição da política do Governo que já se manifestou nas urnas.

A MN, por proposta da Comissão Política, aprova ainda a constituição de grupos de trabalho permanentes com o objetivo de definir e afirmar as políticas alternativas do Bloco, permitindo uma maior e mais regular participação de aderentes na atividade do Bloco e a intensificação das nossas respostas políticas nestas áreas (economia e finanças públicas, agricultura e desenvolvimento rural, reformas, educação e cultura, ambiente, saúde).

5.4 Assinale-se ainda como uma vitória para o trabalho o chumbo pelo Tribunal Constitucional de algumas normas do código de trabalho de 2012. Significou uma derrota clara da agenda neoliberal do governo PSD/CDS que pretendia liberalizar os despedimentos e liquidar a negociação e a contratação coletiva, bem como a intervenção dos sindicatos que negociam acordos de empresa e daquelas comissões de trabalhadores que negociam melhorias salariais e de condições de trabalho.

Os cortes na despesa reduzem o papel do Estado, dos seus trabalhadores e acentuam a concorrência entre prestadores públicos e privados. Reforça-se a ideia de que só é possível alcançar uma melhor qualidade do serviço se houver diminuição do peso do Estado, abrindo caminho à estratégia privatizadora. Ideologicamente, o capital, a troika e o governo têm cavado a divisão entre trabalhadores do público e do privado em nome da «convergência». Assim é com a semana de 40 horas e as horas extraordinárias, com a aplicação do código de trabalho, com a «requalificação»/despedimentos, com o programa de rescisões “amigáveis”, com a tabela única e o corte nos suplementos, o aumento na idade da reforma para os 66 anos e o corte retroactivo das pensões.

Objetivamente, pretende-se, uma brutal transferência do trabalho para o capital, à custa da redução do papel do Estado e das suas funções sociais.

O Bloco, através da Comissão Nacional sobre Trabalho, dinamizará no próximo dia 23 de novembro, em Lisboa, um Fórum sobre a Administração Pública.

6. SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

A situação europeia e internacional esteve marcada no último período por dois elementos principais. Na Europa, a vitória de Angela Merkel acentuou os fatores de crise, ao demonstrar na Alemanha a hegemonia popular do discurso radical da austeridade e da punição dos povos da periferia. Esse facto sinaliza uma dificuldade maior para as esquerdas dos países do Sul na construção de alianças com a classe trabalhadora da nação hoje dominante na condução da União Europeia. Com um resultado histórico, à beira da maioria absoluta, o governo Merkel ficou reforçado na sua orientação. Isso não impediu o SPD e os Verdes de se mostrarem disponíveis para a formação de uma coligação governamental que garanta a Merkel uma maioria parlamentar.

No plano internacional, a tragédia quotidiana de Lampedusa é o retrato cruel da ordem mundial e das consequências humanitárias da instabilidade no Medio Oriente, África Subsaariana e no Corno de África. A fuga em massa desses territórios está na origem das mortandades de migrantes nas águas do Mediterrâneo, vítimas do tráfico humano e das políticas de imigração da União Europeia. Em particular, a situação na Síria está na origem de novas vagas de refugiados que enfrentam todos os riscos para fugir da guerra.

O Bloco de Esquerda condenou as ameaças de Obama ao povo sírio, na sequência dos crimes contra a humanidade cometidos no contexto da guerra civil naquele país. Neste contexto, o Bloco sinaliza a posição tomada pelo mais poderoso chefe de Estado europeu da família política socialista, François Hollande, que se apressou a tomar o partido da guerra e dos bombardeamentos contra a Síria. As grandes potências têm pesadas responsabilidades na situação síria e no desenvolvimento do presente conflito. Uma solução política deve ser encontrada sem que, aos crimes do passado, se somem novos massacres, agora cometidos em nome dos direitos humanos.